



BIÊNIO 2021 - 2022

Plano de Transformação Digital - TRE/PA

Anexo

Novembro2021

2. Área: Sistemas e Soluções de Tecnologia da Informação

2.1. Acesso Infodip

Com o objetivo de melhorar a eficiência no recebimento e processamento das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, o TRE-PR desenvolveu um sistema informatizado denominado Sistema de Informações de Direitos Políticos – Infodip, que permite o encaminhamento pelos órgãos responsáveis, por via eletrônica (internet), destas informações.

O sistema Acesso Infodip foi criado para substituir uma aplicação desenvolvida em tecnologia não mais utilizada na unidade. A aplicação é utilizada para que usuários interessados em ter acesso ao sistema Infodip possam solicitar o seu cadastro, o qual será posteriormente analisado pela CRE.

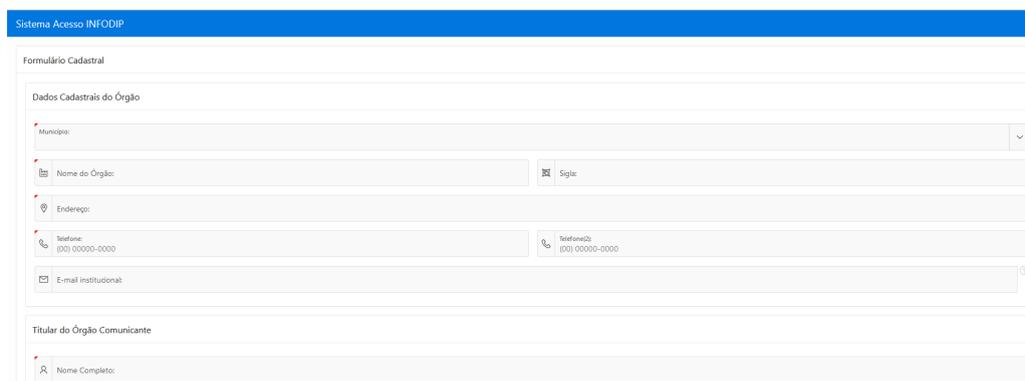


Figura 1: Tela de cadastro dos usuários do Infodip

2.2. PortalBR

O sistema PortalBR foi desenvolvido com o objetivo de se ter um controle mais efetivo sobre o grau de eficiência dos cartórios eleitorais e do 2º grau, através de estatísticas (PJe e SADP), rankings e alertas. Além disso, o sistema é utilizado para consolidar e garantir maior confiabilidade e precisão às informações solicitadas pelo CNJ sobre o grau de cumprimento das

metas nacionais do Poder Judiciário e para o Prêmio CNJ de Qualidade. O sistema se encontra em constante evolução, seja para atender as demandas do CNJ ou das áreas negociais do TRE. Em 2021 foram incluídos alertas sobre os processos PJe 2º grau, implementado um novo modelo de ranking das zonas eleitorais, criados diversos relatórios estatísticos e realizado um grande esforço de saneamento dos processos SADP a fim de corrigir diversas inconsistências na base de dados do DATAJUD do CNJ.

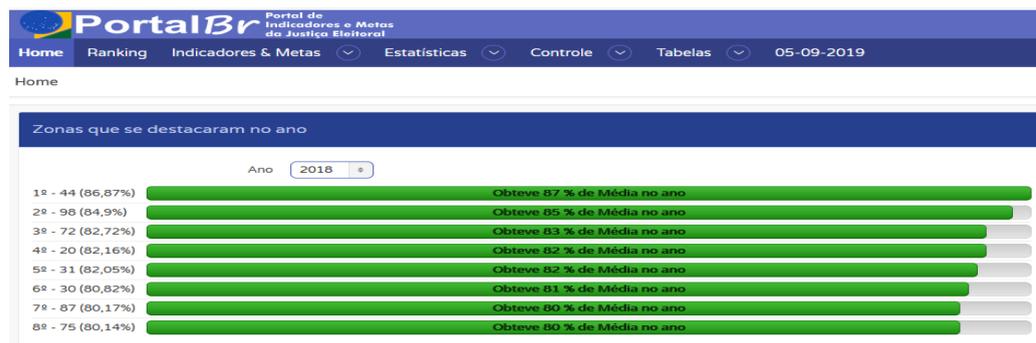


Figura 2: Tela inicial do PortalBR

2.3. Pedido de Sustentação Oral

Por solicitação da área judiciária, foi criada uma página no Portal Internet (<https://www.tre-pa.jus.br/servicos-judiciais/sesoes-de-julgamento/formulario-sessao-plenaria>) para gerenciar os pedidos de sustentação oral e preferência de julgamento pelos advogados nas sessões plenárias. Além de orientações gerais, a página contempla um formulário (abaixo) que direciona o pedido para o controle da unidade responsável pelas sessões plenárias.

N. processo (somente números):

Data da Sessão:

Nome do advogado requerente:

OAB (somente números):

UF:

Parte representada pelo advogado requerente da sustentação oral:

Pedido:

Sustentação oral e preferência no julgamento

Apenas preferência no julgamento

Telefone:

E-mail:

Preferência de encaminhamento do link de acesso à sala da sessão:

E-mail

Whatsapp

Observação:

Figura 3: Tela de pedido de sustentação oral

2.4. Novas funcionalidades SGRHWEB

O sistema SGRHWEB, utilizado para gerenciar os dados pessoais e funcionais dos servidores, se encontra em constante evolução. Em 2021, além de diversos ajustes e implementações solicitados pela SGP, houve a disponibilização da funcionalidade de solicitação e impressão de crachás e carteiras funcionais, realizada pelos próprios servidores e gerenciada pela SRF.

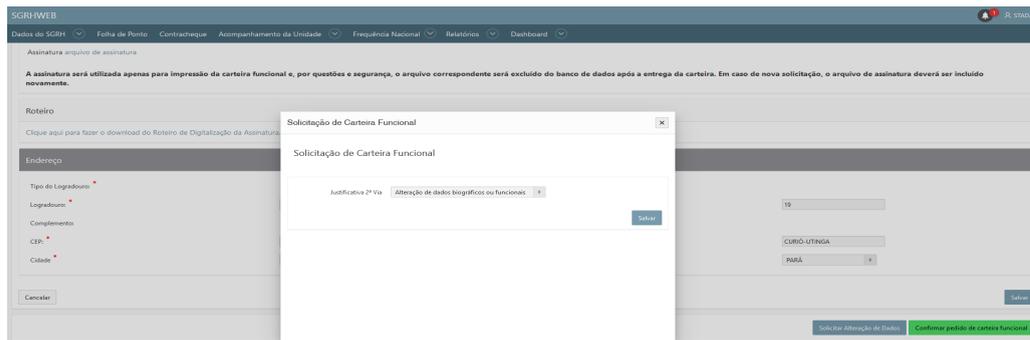


Figura 4: Tela de solicitação da carteira funcional



Figura 5: Tela de impressão da carteira funcional

2.5. Ajustes no acesso ao servidor PA2

Atendendo a demanda do TSE, e com o objetivo de garantir maior segurança e confiabilidade às bases de dados dos sistemas administrativos em produção neste Regional, os database links públicos para os bancos de eleição e cadastro de eleitores (localizados no servidor PA2) utilizados pelas aplicações desenvolvidas localmente foram substituídos por database links privados.

Além disso, como existem diversos sistemas em produção neste Regional que fazem uso das informações obtidas do banco de dados local do cadastro eleitoral (CAD), quer seja para fins estatísticos (INFOZONAS, GENIO, ESTATÍSTICAS BIOMETRIA) ou validação de dados de eleitores e mesários (AGENDAMENTO, FAE, SCM), bem como são realizadas várias consultas personalizadas elaboradas pela SADIN ou pela COLOG para atender a finalidades gerenciais da Administração,

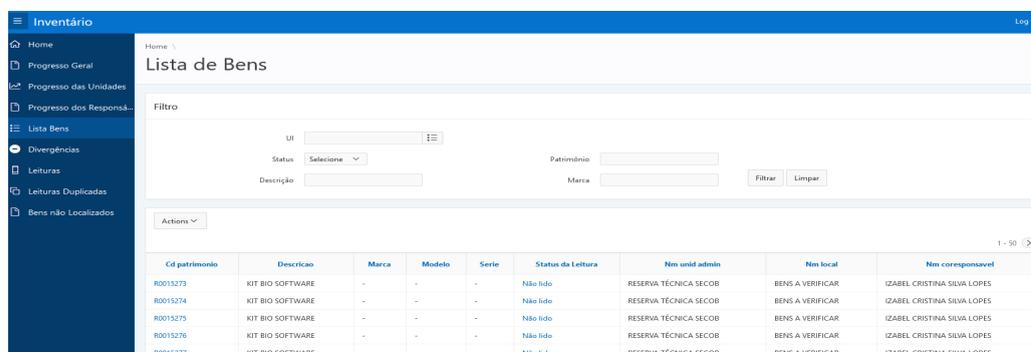
esta unidade elaborou um procedimento no banco de dados de produção (ADM) que diariamente extrai os dados de algumas tabelas do banco CAD da PA2 para que se possa usar nos nossos sistemas. Com a informação do TSE que a replicação para o banco CAD deixaria de ocorrer, o procedimento foi alterado para acessar diretamente o banco CAD centralizado no TSE.

2.6. Sistema Patrimônio

Desenvolvido pelo TRE-SC para facilitar a conferência patrimonial nas Unidades Administrativas do TRE, o aplicativo Patrimônio possibilita a aferição de patrimônios cadastrados no Sistema ASIWEB de acordo com a unidade selecionada.

Assim, a partir da leitura do código de barras presente em cada um dos itens, viabiliza-se a conferência patrimonial através da câmera de dispositivos digitais. Caso prejudicada a leitura da imagem, o código poderá ser inserido manualmente, exigindo-se, nessa hipótese, uma foto do item para fins de comprovação. A medida que a conferência ocorre, as leituras são enviadas automaticamente para o TRE, onde serão tratadas posteriormente em outro módulo do sistema pelas unidades responsáveis, que realizarão as transferências conforme a necessidade.

O sistema foi inicialmente implantado em novembro/2019 mas não foi utilizado pela unidade demandante. Em 2021, com a nova gestão da Secretaria de Administração, o projeto foi retomado, tendo ocorrido atualização das versões do aplicativo e do sistema de gerência, bem como realizados testes e treinamento para a unidade solicitante.



| Cd patrimônio | Descrição | Marca | Modelo | Serie | Status da Leitura | Nm unid admin | Nm local | Nm coresponsavel |
|---------------|------------------|-------|--------|-------|-------------------|-----------------------|------------------|-----------------------------|
| R0015273 | KIT BIO SOFTWARE | - | - | - | Não lido | RESERVA TÉCNICA SECOB | BENS A VERIFICAR | IZABEL CRISTINA SILVA LOPES |
| R0015274 | KIT BIO SOFTWARE | - | - | - | Não lido | RESERVA TÉCNICA SECOB | BENS A VERIFICAR | IZABEL CRISTINA SILVA LOPES |
| R0015275 | KIT BIO SOFTWARE | - | - | - | Não lido | RESERVA TÉCNICA SECOB | BENS A VERIFICAR | IZABEL CRISTINA SILVA LOPES |
| R0015276 | KIT BIO SOFTWARE | - | - | - | Não lido | RESERVA TÉCNICA SECOB | BENS A VERIFICAR | IZABEL CRISTINA SILVA LOPES |
| R0015277 | KIT BIO SOFTWARE | - | - | - | Não lido | RESERVA TÉCNICA SECOB | BENS A VERIFICAR | IZABEL CRISTINA SILVA LOPES |

Figura 6: Tela inicial do sistema

2.7. Votação Online

O sistema de votação online foi desenvolvido neste Regional em novembro/2019 para utilização inicialmente nas eleições da AMEPA, realizadas em janeiro/2020. Após isso, já foi utilizado em outras 40 eleições, inclusive de órgãos fora do Estado. O sistema possui dois módulos: interno (possibilita o cadastro de eleitores, candidatos e cargos) e externo (permite a votação pela internet e a emissão de relatórios).

Como o sistema se encontra em constante evolução, em 2021 foram incorporadas funcionalidades de versionamento e refatoração do controle de acesso dos usuários, trazendo mais segurança e confiabilidade e se adequando aos requisitos da LGPD.



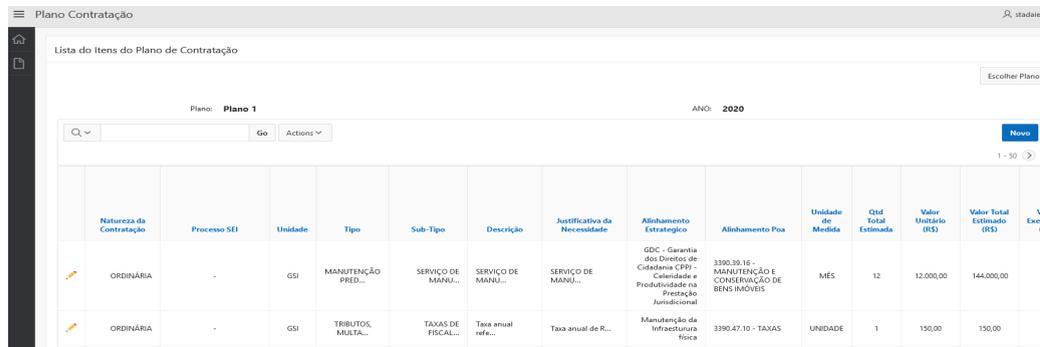
Figura 7: Tela inicial do módulo externo (perfil gerente)

2.8. Sistema de Monitoramento do Plano de Contratações

O Sistema de Monitoramento do Plano de Contratações foi desenvolvido pela SADIN e entrou em produção em dezembro/2019 a partir de uma demanda da Secretaria de Administração, dando cumprimento a uma das ações de controle previstas no plano de tratamento de riscos das aquisições. Com a utilização do sistema, as unidades gerenciais conseguem cadastrar e monitorar a execução do plano de contratações anual.

Como o sistema se encontra em constante evolução, em 2021 foram incorporadas as seguintes funcionalidades: cadastro de usuários gerenciado pela área negocial; criação de perfis diferenciados com acesso aos diferentes tipos de planos de contratação; inclusão de possibilidade dos usuários administradores do sistema realizarem a vinculação das etapas do plano com os tipos de documento do SEI; retirada das definições fixas em código e no banco de dados e criação de parâmetros de configuração no sistema; criação de novos relatórios e

dashboards; elaboração de manual de utilização do sistema; versionamento do projeto no GIT para cessão aos Regionais interessados.



The screenshot shows a web application interface for 'Plano de Contratação'. It features a search bar, a 'Go' button, and an 'Actions' dropdown. The main content is a table with the following columns: Natureza da Contratação, Processo SEI, Unidade, Tipo, Sub-Tipo, Descrição, Justificativa da Necessidade, Alinhamento Estratégico, Alinhamento Pos, Unidade de Medida, Qtd Total Estimada, Valor Unitário (R\$), Valor Total Estimado (R\$), and % Exec (I). Two items are visible in the table:

| Natureza da Contratação | Processo SEI | Unidade | Tipo | Sub-Tipo | Descrição | Justificativa da Necessidade | Alinhamento Estratégico | Alinhamento Pos | Unidade de Medida | Qtd Total Estimada | Valor Unitário (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) | % Exec (I) |
|-------------------------|--------------|---------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------------------|--|---|-------------------|--------------------|----------------------|----------------------------|------------|
| ORDINÁRIA | - | GGI | MANUTENÇÃO PRED... | SERVIÇO DE MANU... | SERVIÇO DE MANU... | SERVIÇO DE MANU... | GDC - Garantia dos Direitos de Cidadania (CPF) - Calidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional | 3390.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | MÊS | 12 | 12.000,00 | 144.000,00 | |
| ORDINÁRIA | - | GGI | TRIBUTOS, MULTA... | TAXAS DE FISCAL... | Taxa anual refe... | Taxa anual de RL... | Manutenção da Infraestrutura Física | 3390.47.10 - TAXAS | UNIDADE | 1 | 150,00 | 150,00 | |

Figura 8: Tela de itens do plano de contratação

2.9. Cessão de sistemas

A Seção de Administração de Dados e Inteligência de Negócios vem atendendo a solicitações de outros órgãos da Justiça Eleitoral, cedendo os sistemas desenvolvidos localmente para utilização nesses órgãos a partir da autorização da Presidência. Além da cessão dos códigos e instruções de implantação, a SADIN também atua no suporte remoto (email, telefone, reuniões virtuais) e, eventualmente, auxílio local na implantação dos sistemas. Em 2021 foram cedidos os sistemas abaixo:

- AQ ONLINE - TRE-PR
- PLANO DE CONTRATAÇÕES - TRE-SP, TRE-PI, TRE-PE, TRE-AM, TRE-AL, TSE
- VOTANET - TRE-MG

2.10. Sistema de Gestão de Estagiários (SIGEST)

O Sistema de Gestão de Estagiários (SIGEST) foi desenvolvido para auxiliar as atividades da SGD na gerência dos estagiários em atividade no Tribunal. O sistema possui as seguintes funcionalidades principais: cadastro de supervisores, cadastro de estagiários, controle de frequência, gerência do estágio, geração de folha de pagamento, módulo externo para cadastro de candidatos, gestão de processo seletivo.

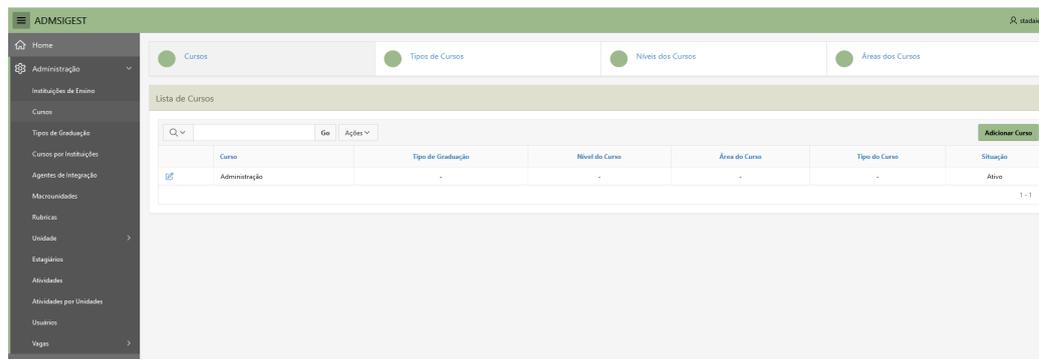


Figura 9: Tela de cadastro dos cursos

2.11. Sistema de Análise de Registros de Candidaturas

O sistema foi desenvolvido pela SADIN e implantado em setembro/2020 a partir de uma solicitação da Secretaria Judiciária, que tinha como objetivo propiciar uma ferramenta auxiliar para as zonas eleitorais na análise do julgamento dos registros de candidaturas. A aplicação obtém dados dos sistemas Candidaturas e PJe, e possui uma série de gráficos e alertas para auxiliar os servidores dos cartórios nessa tarefa. Em 2021 foi incluída a funcionalidade de gerenciar os processos de prestação de contas das zonas eleitorais.



Figura 10: Tela de dashboards do sistema

2.12. Genio

O sistema GENIO (Gestão de Negócios Inteligentes Online) foi desenvolvido pela SADIN e implantado em setembro/2020 com o objetivo de consolidar em uma única aplicação dashboards gerenciais com informações oriundas de diversos sistemas em uso neste Regional, em diversas áreas: jurídica, eleitoral, administrativa, pessoal, tecnologia etc.

Em 2021 foram acrescentados os seguintes novos dashboards: Acompanhamento Orçamentário, Bens de Consumo, Bens Patrimoniais e Consumo de Impressão.

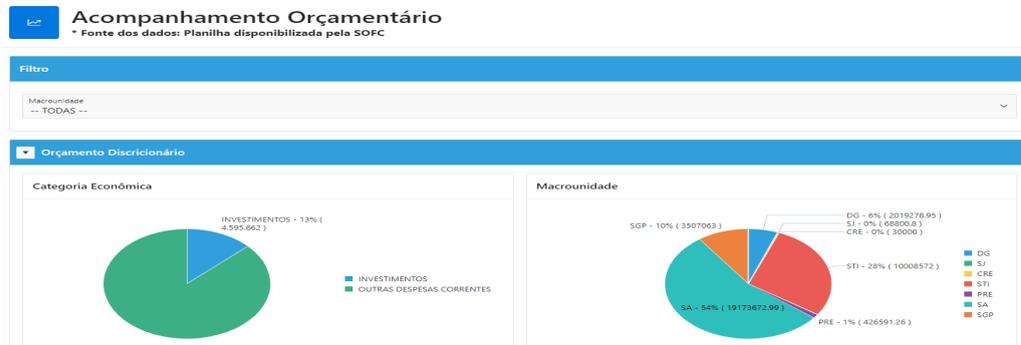


Figura 11: Acompanhamento Orçamentário



Figura 12: Bens de Consumo

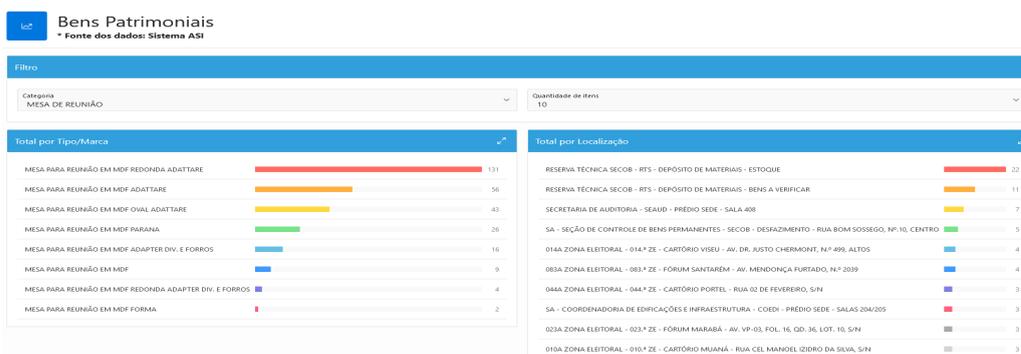


Figura 13: Bens Patrimoniais

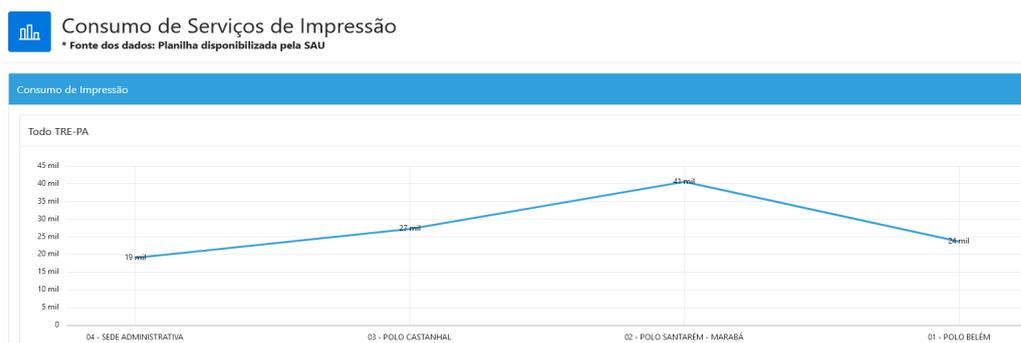


Figura 14: Consumo de Impressão

2.13. Sistema Imóveis

Em novembro de 2015, sob solicitação da COEDI/SENGE, foi desenvolvido e implantado um sistema que visa o cadastro e o gerenciamento de informações diversas sobre os imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral em todo o Estado. O sistema IMÓVEIS está disponível para consulta a todos os servidores, de modo que os dados cadastrais, as fotografias e as condições do imóvel podem ser visualizadas e utilizadas nas diferentes tomadas de decisões pelos gestores, em todas as áreas. Ou seja, todos os servidores têm o perfil de CONSULTA ao sistema. Os servidores da Seção de Engenharia e Projetos (SENGE) possuem o perfil ADMINISTRADOR, necessário para cadastrar novos imóveis, desativar imóveis antigos, inserir documentos, dentre outros recursos.

Em 2021, por solicitação da Secretaria de Administração, foi incluída no sistema a funcionalidade de cadastro de solicitações, para cadastro das solicitações de manutenções realizadas pelas zonas eleitorais. Essas solicitações serão atendidas ou não por um ou vários relatórios de intervenções, também cadastrados no sistema.

The screenshot shows a web application interface for 'Imóveis'. On the left is a dark green sidebar with 'Início' and 'Imóveis' links. The main content area is titled 'Solicitações' and 'Editar Solicitação'. Below this, the form is for 'Imóvel: 07ª ZE - Fórum Eleitoral Des. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE'. The form contains several fields: 'Forma de Solicitação' (dropdown), 'Tipo de Solicitação' (dropdown), 'Unidade Solicitante' (dropdown), 'Descrição da Solicitação' (text area), 'Data do Pedido' (date picker), 'Status do Atendimento' (radio buttons for 'Atendido' and 'Não Atendido'), and 'Observação' (text area).

Figura 15: Cadastro de Solicitação

2.14. AudiTSE

Em julho/2017 foi implantado neste Regional o sistema AudiTSE, adaptado pelo TSE de um sistema desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, destinado à automação das atividades de auditoria realizadas pela Secretaria de Auditoria (SEAUD) deste Tribunal. A ferramenta consiste em uma solução que propicia a automação das diversas etapas das auditorias, dando suporte às equipes responsáveis pela condução do processo, de acordo com as práticas atuais de controle, as normas internacionais e a jurisprudência do TCU.

Em 2021, seguindo orientações do TSE, e em conjunto com a Seção de Desenvolvimento de Sistemas, foi implantada a nova versão do sistema e disponibilizada para utilização pela Secretaria de Auditoria.

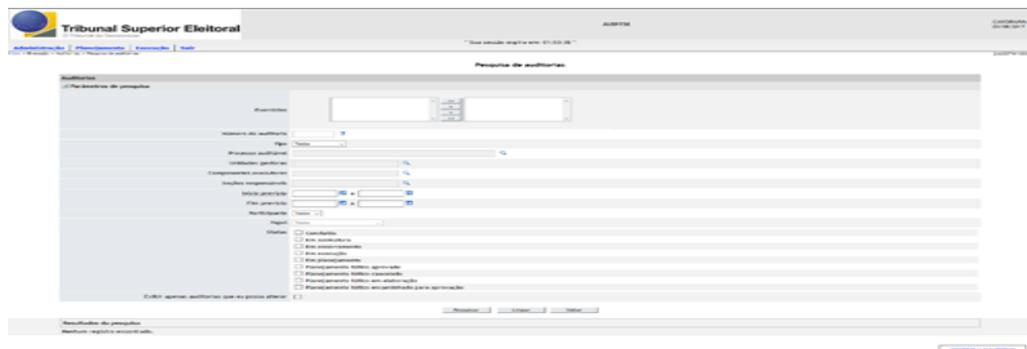


Figura 16: Tela do AudiTSE

2.15. Migração Infodip

Com o objetivo de melhorar a eficiência no recebimento e processamento das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, o TRE-PR desenvolveu um sistema informatizado denominado Sistema de Informações de Direitos Políticos – Infodip, que permite o encaminhamento pelos órgãos responsáveis, por via eletrônica (internet), destas informações.

O Infodip presta-se apenas ao trâmite das comunicações mencionadas, não procedendo ao registro da suspensão/restabelecimento de direitos políticos no sistema ELO (código ASE, motivo/forma, complemento e data de ocorrência), o qual será efetuado pela Zona Eleitoral e/ou pela SOC (Seção de Correição, Orientação e Supervisão do Cadastro Eleitoral), quando se tratar de registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos. O Sistema possibilita ainda que seja efetuada correção dos dados e lançamentos à distância, através de relatórios e de acesso ao sistema.

Em 2021, seguindo orientação do TSE e, em conjunto com a Seção de Desenvolvimento de Sistemas, foi providenciada a migração do sistema (aplicação e banco de dados) para a infraestrutura daquele Tribunal Superior, com os devidos ajustes na página de orientações existente no portal Internet do TRE-PA.

The screenshot shows the NFODIP (Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos) interface. The user is logged in as SANDRO MARCELO ATILADAIESKY (TRE-PA/001* 26). The date is 04/10/2021, 14:14:02. The main menu includes Comunicação, Órgãos, Relatórios, Configuração, Administração TI, and Ajuda. The 'Comunicações' section is active, showing a table of received communications. The table has columns for Número, Recebimento, Tipo, Órgão Comunicante, Situação, and Nome. One record is visible with number 35029/2021-PA, received on 04/10/2021, of type 'Óbito', from the 2º OFFÍCIO DE TABELIONOS DE NOTAS E CARTÓRIOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE ANARDEUA - COMARCA TRIGUEIRO, in a 'Recebida' status, by CLAUDIONOR SERRÃO DA SILVA.

| Número | Recebimento | Tipo | Órgão Comunicante | Situação | Nome |
|---------------|-------------|-------|---|----------|----------------------------|
| 35029/2021-PA | 04/10/2021 | Óbito | 2º OFFÍCIO DE TABELIONOS DE NOTAS E CARTÓRIOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE ANARDEUA - COMARCA TRIGUEIRO | Recebida | CLAUDIONOR SERRÃO DA SILVA |

Figura 17: Tela de comunicações recebidas na zona eleitoral

2.16. Nova área da Secretaria Judiciária na Intranet

A Secretaria Judiciária solicitou a reformulação da área destinada a reunir informações referentes à área jurídica do TRE. A nova área, além de informes específicos, contém os seguintes links: Unidades da SJ, Cooperação Judiciária, Jurisprudência, Informativos, Legislação e Normas, Processos, PJe, Publicações, Sessões Plenárias, Sistemas Partidários e Multa Eleitoral.

The screenshot shows the 'Secretaria Judiciária' page. It features a header with the title and a sub-header 'Informes'. The main content area contains a paragraph about the portal's goal of transparency and a section titled 'Servidores Participaram de Capacitação em Língua Portuguesa' with details about a course. On the right side, there is a vertical navigation menu with icons and labels for: Unidades da SJ, Cooperação Judiciária, Jurisprudência, Informativos, Legislação e Normas, and Processos.

Figura 18: Área da Secretaria Judiciária

2.17. Balcão Virtual

Em atenção à Resolução CNJ nº 372/2021, e cumprindo determinação da Presidência do TRE (Portaria nº 20.130/2021), foi criada uma área no Portal Internet chamada “**Balcão Virtual**”, que consiste em uma ferramenta que permite às partes ou advogados interessados, atuantes nos processos judiciais, físicos ou eletrônicos, o contato, por meio de videoconferência, com o setor de atendimento de cada unidade judiciária (Zonas Eleitorais - 1ª Grau e Secretaria Judiciária - 2ª Grau) do TRE-PA.

Através do balcão são tratadas questões processuais (andamento, diligências, julgamento, dentre outros temas) relativas aos processos judiciais em tramitação nas unidades judiciárias, bem como aos sistemas afetos à prestação de contas anual e de campanha. O objetivo é proporcionar ao cidadão um meio de atendimento mais prático, acessível e ágil.

Balcão Virtual



Figura 19: Tela inicial do Balcão Virtual

2.18. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor pode ser descrita como o levantamento de toda ação ou processo necessário para gerar ou entregar produtos ou serviços a um beneficiário, permitindo uma melhor visualização do valor ou benefício agregado aos processos, e sendo utilizada amplamente na definição dos resultados e impactos de organizações. Na cadeia de valor são identificados: **Macroprocessos de governança, Macroprocessos finalísticos e Macroprocessos de suporte.**

Atendendo à solicitação da Secretaria de Auditoria, foi elaborada uma ferramenta para promover a divulgação da Cadeia de Valor do TRE/PA para os públicos interno e externo. (https://apps-pa.tre-pa.jus.br/servicos/cadeia-de-valor/cadeia_de_valor.html).



Figura 20: Cadeia de Valor do TRE-PA

2.19. Cooperação Judiciária

A Cooperação Judiciária Nacional objetiva fornecer maior fluidez aos atos processuais, conferindo agilidade e eficácia ao intercâmbio de atos judiciais e informações que possam, direta ou indiretamente, contribuir para a administração da justiça.

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio do Núcleo de Cooperação Judiciária, instituído pela Portaria nº 20.302/2021, atua na intermediação dos pedidos de cooperação com o objetivo de agilizar os pedidos de cumprimento de atos judiciais, troca de informações e demais modalidades de colaboração previstas na Resolução em referência, favorecendo o exercício de uma jurisdição mais harmônica e colaborativa.

Com o objetivo de auxiliar na implantação de tal política no TRE-PA, foram criadas áreas específicas nos Portais Intranet e Internet denominadas “**Cooperação Judiciária**”. Além das áreas contendo links para as legislações inerentes ao tema e as orientações para os usuários, foram desenvolvidos dois formulários: um para o público externo entrar em contato com o Núcleo de Cooperação Judiciária e o segundo dentro do sistema SEI, a ser usado pelo público interno (notadamente pelas zonas eleitorais).



Formulário Cooperação Judiciária

Órgão Solicitante:

Endereço:

Email:

Telefone:

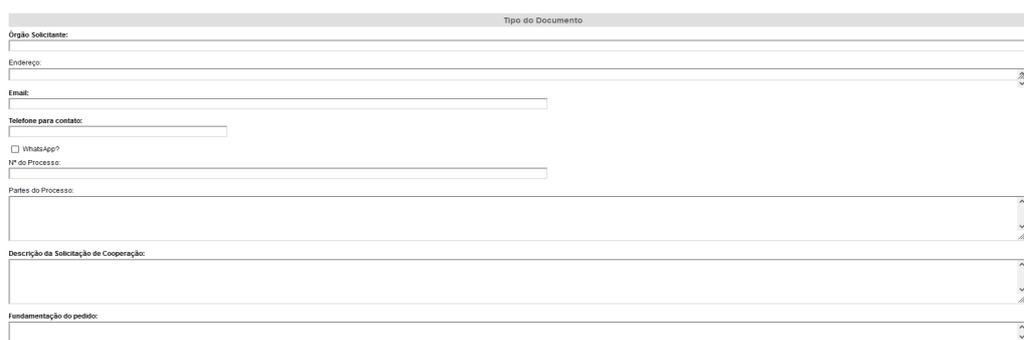
WhatsApp? Sim Não

Nº do Processo

Partes do Processo:

Descrição:

Figura 21: Formulário externo de cooperação judiciária



Órgão Solicitante:

Endereço:

Email:

Telefone para contato:

WhatsApp?

Nº do Processo:

Partes do Processo:

Descrição da Solicitação de Cooperação:

Fundamentação do pedido:

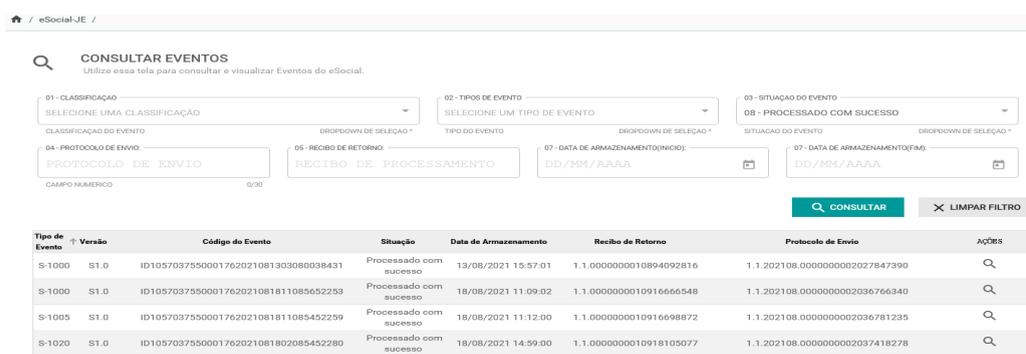
Figura 22: Formulário interno de cooperação judiciária

2.20. Implantação eSocial

O Projeto eSocial-JE visa integrar os módulos SGRH e permitir que módulos não-SGRH possam se integrar à solução, para fornecimento das informações exigidas pelo eSocial.

Trata-se de uma demanda legal, fundamentada pelo Decreto Nº 8.373/2014. Segundo artigo 2º do referido decreto, o eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por: I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas; II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Em 2021, seguindo orientação do TSE e, em conjunto com a Seção de Desenvolvimento de Sistemas e com a Seção de Serviços de Redes, foi providenciada a implantação local da infraestrutura necessária (aplicação e banco de dados) para encaminhamento dos dados do sistema SGRH para o ambiente do eSocial.



| Tipo de Evento | Versão | Código do Evento | Situação | Data de Armazenamento | Recibo de Retorno | Protocolo de Envio | AÇÕES |
|----------------|--------|--------------------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------------|-------|
| S-1000 | S1.0 | ID1057037550001762021081303080038431 | Processado com sucesso | 13/08/2021 15:57:01 | 1.1.0000000010894092816 | 1.1.202108.0000000002027847390 | 🔍 |
| S-1000 | S1.0 | ID1057037550001762021081811085652253 | Processado com sucesso | 18/08/2021 11:09:02 | 1.1.0000000010916666548 | 1.1.202108.0000000002036766340 | 🔍 |
| S-1005 | S1.0 | ID1057037550001762021081811085452259 | Processado com sucesso | 18/08/2021 11:12:00 | 1.1.0000000010916698872 | 1.1.202108.0000000002036781235 | 🔍 |
| S-1020 | S1.0 | ID1057037550001762021081802085452280 | Processado com sucesso | 18/08/2021 14:59:00 | 1.1.0000000010918105077 | 1.1.202108.0000000002037418278 | 🔍 |

Figura 23: Tela de consulta dos eventos enviados

2.21. FAQ Corregedoria

A Corregedoria Regional Eleitoral solicitou um espaço para alocar dúvidas sobre assuntos relacionados às atividades cartorárias, com a formação de um banco de dados disponível a todas as zonas eleitorais. Para atender à solicitação, foi criada uma área dentro do Portal da Corregedoria, orientado por temas definidos pela CRE. Ao clicar em cada tema, são

disponibilizadas respostas para as perguntas mais comuns dos servidores dos cartórios eleitorais. A alimentação das informações é realizada pelos próprios servidores da CRE.

Orientações por Tema.

As perguntas frequentes estão agrupadas pelas categorias abaixo:

| |
|---|
| Acesso ao cadastro |
| Alistamento eleitoral (alistamento, transferência, revisão e segunda via) |
| ASE 230 - Irregularidade na prestação de contas |
| Certidões |
| Correções |
| Direitos políticos e base de perda e suspensão de direitos políticos |
| Duplicidade de inscrições |
| Eleitor no exterior |
| Filiação partidária - ver também o manual de filiação partidária |
| Multas |
| Procedimentos judiciais |
| Metas e Indicadores do CNJ |

Figura 24: Tela inicial do FAQ da Corregedoria

2.22. Formulário LGPD

Por solicitação da Ouvidoria, e em atenção à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foi criada uma página no Portal Internet (<https://www.tre-pa.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/lei-geral-de-protecao-dos-dados/formulario-de-requisicao-de-direitos-do-titular-de-dados-pessoais>) para gerenciar os pedidos de requisição de direitos do titular de dados pessoais. Além de orientações gerais, a página contempla um formulário (abaixo) que direciona o pedido para o controle da unidade responsável pelo tratamento dos dados.

Formulário de Requisição de Direitos do Titular de Dados Pessoais

De acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), SOLICITO a V.S.^a. exercer meu direito como **TITULAR DOS DADOS** para a seguinte situação:

Direitos do Titular

- Confirmação da existência de tratamento.
- Acesso aos dados.
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei.
- Eliminação de dados pessoais tratados com o consentimento, exceto nas hipóteses do artigo 16.
- Informações das entidades públicas e privadas com as quais os dados foram compartilhados.
- Informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.
- Revogação do consentimento.
- Outros.

Descrição:

Na descrição do pedido, solicitamos que sejam informados o máximo de detalhes das informações solicitadas.

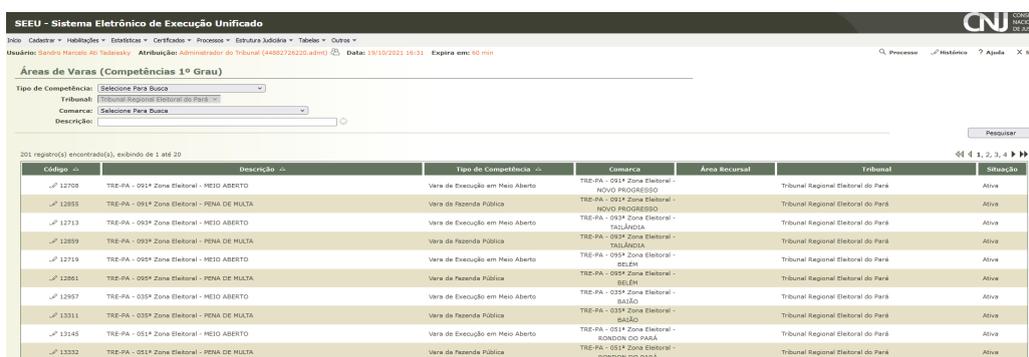
Figura 25: Tela de pedido requisição de direitos do titular de dados pessoais

2.23. Implantação SEEU

Atendendo a uma solicitação do TSE, e em conjunto com representantes da Corregedoria e da Secretaria Judiciária, foram realizadas as configurações necessárias para implementar, na Justiça

Eleitoral, o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), ferramenta desenvolvida pelo CNJ que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

Além de realizar repasse das informações sobre o sistema para as unidades de suporte, as configurações consistiram em: Cadastrar unidades de origem; Cadastrar comarcas; Cadastrar distribuidores; Cadastrar áreas de vara; Cadastrar núcleos MP; Cadastrar núcleos DP; Cadastrar varas; Vincular MP a varas; Vincular DP a varas; Cadastrar juízes; Cadastrar servidores; Vincular juízes a varas; Vincular servidores a varas e Vincular promotores a núcleos MP.



| Código | Descrição | Tipo de Competência | Comarca | Área Recursal | Tribunal | Situação |
|--------|--|---------------------------------|--|---------------|-------------------------------------|----------|
| 12708 | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - MEIO ABERTO | Vara de Execução em Meio Aberto | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - NOVO PROGRESSO | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12855 | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - PENA DE MULTA | Vara da Fazenda Pública | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - NOVO PROGRESSO | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12713 | TRE-PA - 0534 Zona Eleitoral - MEIO ABERTO | Vara de Execução em Meio Aberto | TRE-PA - 0534 Zona Eleitoral - TALANGANDA | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12859 | TRE-PA - 0534 Zona Eleitoral - PENA DE MULTA | Vara da Fazenda Pública | TRE-PA - 0534 Zona Eleitoral - TALANGANDA | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12719 | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - MEIO ABERTO | Vara de Execução em Meio Aberto | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - BELÉM | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12861 | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - PENA DE MULTA | Vara da Fazenda Pública | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - BELÉM | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12867 | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - MEIO ABERTO | Vara de Execução em Meio Aberto | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - BELÉM | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 13311 | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - PENA DE MULTA | Vara da Fazenda Pública | TRE-PA - 0554 Zona Eleitoral - BELÉM | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 13145 | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - MEIO ABERTO | Vara de Execução em Meio Aberto | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - RONDON DO PARRÁ | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |
| 12332 | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - PENA DE MULTA | Vara da Fazenda Pública | TRE-PA - 0514 Zona Eleitoral - RONDON DO PARRÁ | | Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Ativa |

Figura 26: Tela de cadastro de áreas de varas

2.24. Formulário de Substituição

Atendendo a uma solicitação da SGP, foi desenvolvido um sistema, integrado ao SGRHWEB que possibilita às unidades utilizar formulário eletrônico para a indicação de substitutos em razão de afastamentos do titular (férias, LPS, viagem a serviço etc). Além de eliminar a impressão e tramitação física dos formulários de indicação de substituto, a nova funcionalidade objetiva dar maior agilidade, segurança e transparência ao processo.

A Seção de Registros Funcionais consegue ter uma visão geral e, em tempo real, de todos os pedidos de substituição, bem como é possível evitar inconsistências nos pedidos através de diversas validações automáticas realizadas no sistema.

Figura 27: Tela de cadastro de um pedido de substituição

2.25. Capacitação em gestão de conteúdo

Um dos principais objetivos da unidade durante o ano de 2021 foi garantir que os servidores das diversas unidades do TRE-PA pudessem gerenciar diretamente os conteúdos das áreas dos portais Internet e Intranet sob sua responsabilidade.

Essa ação visou assegurar que os produtores dos conteúdos (textos, links, imagens) tivessem autonomia para publicá-los sem necessidade de intervenção de servidores/colaboradores da área técnica. Isso trouxe mais agilidade e segurança ao processo.

A fim de cumprir esse objetivo, foram realizadas as seguintes ações: capacitação presencial/online dos gestores de conteúdo das unidades deste regional, conforme planilha publicada em [Governança de TI](#), link [Repasso de instruções dos Portais do TRE-PA](#); elaboração de material (vídeos, guias rápidos, infográficos) de apoio para auxiliar os gestores de conteúdo na publicação de conteúdo nos portais intranet/internet, disponíveis em <http://intranet.tre-pa.jus.br/servicos/formularios-e-manuais/manuais>.



Figura 28: Infográfico sobre publicação de arquivos no portal internet

2.26. Sistema PROAS

O sistema PROAS foi desenvolvido pelo servidor José Maria Macedo do Vale, lotado na Coordenadoria de Assistência ao Servidor (CAS), com o objetivo de facilitar a gestão do Plano de Saúde de Autogestão deste TRE. A CAS, com o aval da Presidência, solicitou o desenvolvimento de um novo sistema para atender a essa demanda, por conta das justificativas abaixo:

1) **Determinação da Presidência**, após análise de processo de Avaliação de Riscos gerenciado pela SCIA e pela CAS;

2) O fato do servidor acima citado ser a **única pessoa habilitada a dar suporte e manutenção ao sistema atualmente em uso na CAS**;

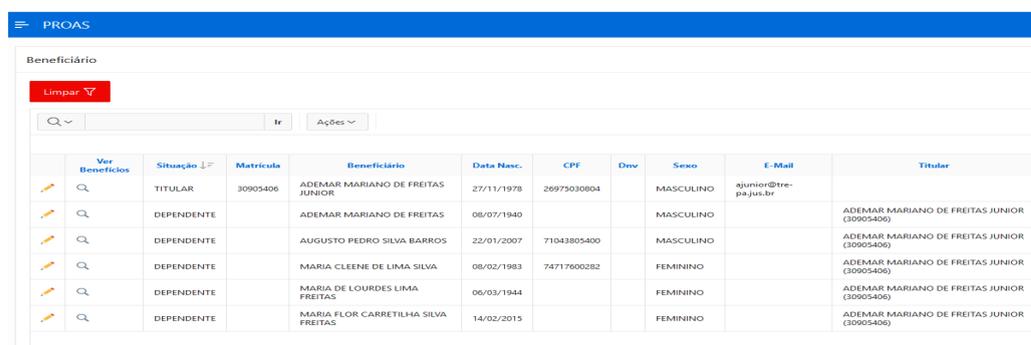
3) As peculiaridades e a instabilidade de regras do Plano de Saúde do TRE/PA. Tais peculiaridades, como existência de reembolsos de procedimentos, de plano, participação per capita e por despesas, percentuais diferentes nas participações por despesas, isenção de participação por despesas e per capita, conforme o caso, combinação de faixas salariais e etárias para participação, regime de carência, atendimento em odontologia, entre outras, fazem com que a busca de um software no mercado ("de prateleira") não satisfaça, em nenhum caso, todas ou a maior parte de nossas peculiaridades, fazendo com que as "ajustes" ou "arranjos" acabem gerando mais contratempos e controles auxiliares que uma possível impossibilidade de utilização dos aplicativos em MsAccess. Quanto às regras, como é sabido, todo ano sofrem alterações, algumas profundas, que requerem horas de trabalho deste signatário para adequar os aplicativos às mesmas, tal qual aconteceu recentemente. Tais alterações poderiam tornar um aplicativo adquirido no mercado obsoleto em curto espaço de tempo, gerando perda de recursos financeiros e humanos para o Plano.

Aliado a essas justificativas, tem-se que a tecnologia utilizada para o desenvolvimento do sistema (MSAccess) não é utilizada nas unidades de desenvolvimento da STI por possuir várias limitações que a fazem não ser adequada à utilização no desenvolvimento de sistemas corporativos. Por

essa razão, não foi possível que a área de TI “herdasse” o desenvolvimento/manutenção do atual sistema, o que ocasionou a necessidade de desenvolvimento de um novo sistema.

A partir dessa definição, foi montado um plano de ação que incluiu reuniões semanais com o servidor José Macedo para “entender” o fluxo de trabalho e as diversas regras do sistema. Foram mapeados os módulos a serem desenvolvidos (em alguns casos condensando mais de um módulo do sistema atual), as funcionalidades que deveriam ser mantidas em cada módulo e as sugestões de novas implementações. Os novos módulos seriam: Beneficiários, Credenciados (interno e externo), Autorizações e Reembolsos, Contas e Gerenciamento.

O primeiro a ser desenvolvido foi o módulo Beneficiários, no qual são realizados o cadastro dos beneficiários do plano e o gerenciamento das participações. Uma das principais vantagens com o novo módulo foi a total integração com os módulos do sistema SGRH, evitando que as unidades gestoras tenham retrabalho no cadastro das mesmas informações em sistemas diferentes e garantindo maior segurança e confiabilidade ao processo.



| Ver Benefícios | Situação | Matrícula | Beneficiário | Data Nasc. | CPF | Dnv | Sexo | E-Mail | Titular |
|---|------------|-----------|-------------------------------------|------------|-------------|-----|-----------|-----------------------|---|
|   | TITULAR | 30905406 | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR | 27/11/1978 | 26975030804 | | MASCULINO | ajunior@tre-pa.jus.br | |
|   | DEPENDENTE | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS | 08/07/1940 | | | MASCULINO | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR (30905406) |
|   | DEPENDENTE | | AUGUSTO PEDRO SILVA BARROS | 22/01/2007 | 71043805400 | | MASCULINO | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR (30905406) |
|   | DEPENDENTE | | MARIA CLEENE DE LIMA SILVA | 08/02/1983 | 74717600282 | | FEMININO | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR (30905406) |
|   | DEPENDENTE | | MARIA DE LOURDES LIMA FREITAS | 06/03/1944 | | | FEMININO | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR (30905406) |
|   | DEPENDENTE | | MARIA FLOR CARRETELHA SILVA FREITAS | 14/02/2015 | | | FEMININO | | ADEMAR MARIANO DE FREITAS JUNIOR (30905406) |

Figura 29: Beneficiários de um servidor

2.27. Nova Intranet

Atualmente, o conteúdo disponível na intranet do TRE-PA segue uma estrutura definida em 2012, com o layout da versão inicial desde seu lançamento.

As unidades do TRE-PA precisam fornecer ao público interno do TRE, através do portal intranet, uma nova organização dos conteúdos disponíveis, agregando recursos que visem atrair e aumentar a audiência do portal.

A Portaria nº 20275/2021 constituiu grupo de trabalho com o objetivo de executar ações que possam convergir para viabilizar a atualização e a validação dos conteúdos e layout dos Portais Intranet e Internet do TRE-PA, sendo que este último deveria estar em consonância com os padrões e limitações impostos pelo Tribunal Superior Eleitoral para toda a Justiça Eleitoral.

A nova versão do Portal Intranet buscou apresentar o conteúdo reestruturado e organizado em um layout moderno e intuitivo, com novos recursos de navegação, notícias, destaques e busca avançada para os usuários.



Figura 30: Proposta de layout da nova página inicial da Intranet

2.28. Formulário de Alteração de Férias

Atendendo a uma solicitação da SGP, foi desenvolvido um sistema, integrado ao SGRHWEB que possibilita às unidades utilizar formulário eletrônico para remarcação e interrupção de férias. Além de eliminar a impressão e tramitação física dos formulários, a nova funcionalidade objetiva dar maior agilidade, segurança e transparência ao processo.

A Seção de Registros Funcionais consegue ter uma visão geral e, em tempo real, de todos os pedidos de alteração de férias, bem como é possível evitar inconsistências nos pedidos através de diversas validações automáticas realizadas no sistema.

Figura 31: Tela de cadastro de um pedido de remarcação de férias

2.29. InformaJUD

O InformaJUD é uma publicação mensal que reúne seleção de julgados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e do Tribunal Superior Eleitoral, bem como os Provimentos da

Corregedoria Geral Eleitoral e da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, além das notícias de natureza eleitoral do Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

O novo sistema foi criado para substituir uma aplicação desenvolvida em tecnologia não mais utilizada na unidade. A aplicação é composta por dois módulos: externo - disponível na internet para que interessados em receber os informativos possam realizar seu cadastro; e interno - utilizado pela Seção de Jurisprudência para gerenciar os clientes e os informativos.

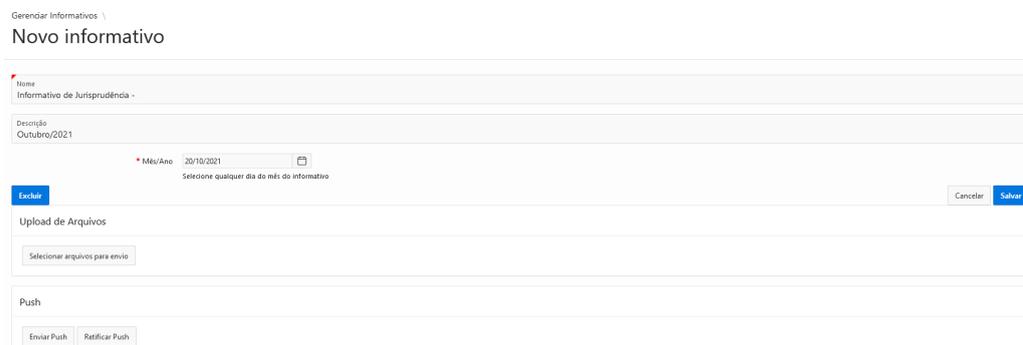


Figura 32: Tela de cadastro de novo informativo

2.30. Sistema de Registro de Ocorrências Penais e Inelegibilidades (SIROPI)

O sistema SIROPI, desenvolvido pelo TRE-MT foi implantado neste Regional por solicitação da Corregedoria Eleitoral. O SIROPI tem por escopo o registro de dados processuais, especialmente quanto à arrecadação, recolhimento, custódia e destinação de bens e valores; a imposição de sanções; a concessão de benefícios previstos em lei e, ainda, a anotação das atividades procedimentais relevantes, desde a fase inquisitorial até a fase de execução, bem como das consequências daí advindas.



Figura 33: Tela de login do sistema

2.31. PMJ - Pocket Management Judicial

O Conselho Nacional de Justiça vem coordenando esforços para a melhoria contínua da Gestão e Governança Judiciárias, tendo, por exemplo, estabelecido as metas nacionais e específicas como marcos concretos dos objetivos.

Para instrumentalizar as autoridades e gestores das unidades judiciárias é necessário fornecer informações que facilitem a gestão e o direcionamento de esforços nos trabalhos diários, tendo como premissas: informações simples, usabilidade, direcionamentos a metas e indicadores institucionais.

Para atender a essa demanda, foi desenvolvido o software PMJ (Pocket Management Judicial), com informações gerenciais dos processos por gabinete ou zona, e dados gerenciais para Corregedoria e Presidência. A solução objetivou colocar na tela dos celulares e tablets das autoridades judiciárias e seus assessores diretos as principais informações gerenciais do fluxo processual, com intuito de melhorar a prestação jurisdicional do TRE-PA a partir da qualificação e simplificação do acesso de informações gerenciais da atividade fim.

Figura 34: Tela inicial do sistema